

A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI) É UMA ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL QUE TEM PRINCIPAL OBJETIVO A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO. FOI FUNDADA MARÇO DE 1993 E O ENCONTRA-SE SEDIADO EM (WWW.TRANSAPRENCY.ORG). É CONSTITUÍDA POR CERCA DE 100 REPRESENTAÇÕES NACIONAIS ESPALHADAS POR TODO O MUNDO. EM PORTUGAL, A TI É REPRESENTADA TRANSPARÊNCIA PELA TIAC INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA (WWW.TRANSPARENCIA.PT), ORGANIZAÇÃO SEM FINS LÚCRATIVOS, DE CIDADÃOS LIVRES QUE ACRED FUTURO MAIS JUSTO TRANSPARENTE, LIVRE CORRUPÇÃO.

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO:

COORDENADOR:

LUÍS DE SOUSA (ICS-UL E TIAC)

INVESTIGADORES:

ELENA BURGOA (FD-UNL E TIAC)

MARCELO MORICONI (CIES-IUL E TIAC)

TIAGO CARVALHO (CIES-IUL E TIAC)

EDITOR:

JOÃO PAULO BATALHA (TIAC)



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
PRINCIPAIS RESULTADOS	7
A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA FACE À CORRUPÇÃO E O SEU CONT	ROLO
PERCEÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO	8
PRÁTICAS (DECLARADAS) DE CORRUPÇÃO	13
AVALIAÇÕES DO COMBATE À CORRUPÇÃO	16
PREDISPOSIÇÃO PARA ATUAR CONTRA A CORRUPÇÃO	18
DENÚNCIA DA CORRUPÇÃO	20
ANÁLISE SOCIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E PERCEÇÕES DE CORRUPÇÃO	22
APPENDIX: FICHA TÉCNICA	27

INTRODUÇÃO

A corrupção foi um dos fenómenos que nos últimos anos mais contribuiu para a crescente preocupação com a qualidade da democracia. Passou de um assunto de menor relevância tratado no rodapé dos jornais, para se tornar numa manchete de sucesso.

Crise económica, política e institucional tornaram-se nos elementos dominantes da atual conjuntura. Corrupção e austeridade passaram a fazer parte do léxico dos cidadãos.

A contínua exposição mediática de escândalos de corrupção envolvendo líderes políticos, altas figuras do Estado e homens de negócios, por um lado, e a percetível ineficácia do combate à corrupção, por outro, têm um efeito devastador na legitimação das instâncias de poder.

De acordo com os dados do Barómetro da Qualidade da Democracia (2011) do Instituto de Ciências Sociais, a perda de confiança nos políticos e no governo, a falta de eficácia da governação e a corrupção constituem os três principais defeitos da democracia. Seguem-se as desigualdades sociais.

Não obstante este crescente interesse e visibilidade do fenómeno, nem sempre a corrupção é causa de indignação. Se, em tempo de "vacas magras" os cidadãos tornam-se mais suscetíveis ao problema da corrupção e menos tolerantes à incompetência, venalidade e irresponsabilidade dos poderosos, já o mesmo não se faz necessariamente sentir em tempos de prosperidade e crescimento.

Enquanto fenómeno social, a corrupção é considerada pela maioria dos cidadãos um comportamento ou prática desviante daquilo que seria aceitável na vida pública. Ao nível simbólico (valorativo), a condenação social da corrupção é quase consensual. Ninguém é a favor da corrupção. Todos, ou quase todos, condenam a corrupção. Porém, na prática, as pessoas vão pactuando através de uma série de expedientes que não necessariamente pela via do suborno.

A avaliação que os portugueses fazem do combate à corrupção e das medidas/reformas que consideram fundamentais para o seu combate sofre também do mesmo pecado original. Em teoria, os portugueses mostram-se predispostos a denunciar a corrupção; na prática, poucos o fazem. É certo que a desmobilização dos portugueses não se deve apenas a uma atitude passiva face ao fenómeno, mas à perceção de que as garantias da justiça para a proteção daqueles que se aventuram a denunciar este tipo de práticas no seio das suas organizações são inexistentes.

A opinião pública não é uniforme e consistente nas suas apreciações e por essa razão é fundamental estudar as suas dinâmicas.

Aquilo que nos propomos a apresentar, de seguida, são alguns dos resultados mais significativos de um inquérito aplicado a uma amostra representativa da população sobre as práticas e perceções dos portugueses em matéria de corrupção e combate à corrupção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

78%

DOS PORTUGUESES CONSIDERA QUE A CORRUPÇÃO AUMENTOU NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

70%

ENCARA A CORRUPÇÃO COMO UM PROBLEMA SÉRIO OU MUITO SÉRIO NO SETOR PÚBLICO

76%

DOS PORTUGUESES CONSIDERA O COMBATE À CORRUPÇÃO EM PORTUGAL INEFICAZ

60%

ACHA QUE OS CONTACTOS PESSOAIS SÃO IMPORTANTES PARA OBTER SERVIÇOS, RESULTADOS OU ACELERAR PROCEDIMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

42%

ACHA QUE A JUSTIÇA PORTUGUESA NÃO PROTEGE DE REPRESÁLIAS QUEM DENUNCIA A CORRUPÇÃO OU COLABORA COM AS AUTORIDADES

85%

DOS PORTUGUESES ACREDITA QUE O ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS É FUNDAMENTAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO

A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA FACE À CORRUPÇÃO E O SEU CONTROLO

PERCEÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO

A maioria dos portugueses (78%) considera que a corrupção aumentou nos últimos dois anos (Quadro 1).

Quadro 1. Perceção sobre os níveis de corrupção

Q1. Durante os últimos 2 anos como tem mudado o nível de corrupção no país?	N	%t
Diminuiu muito	9	,9
2	28	2,9
3	176	18,4
4	197	20,6
Aumentou muito	545	57,1
Total	955	100,0

A perceção dos portugueses melhorou ligeiramente em relação a 2010 (83%), mantendo-se ainda acima dos valores registados em 2005 (73%), portanto, antes do eclodir da crise de 2008 (Quadro 2).

Quadro 2. Evolução dos níveis de corrupção na Europa antes e depois da crise de 2008

Country/ Territory	Q2. In the past 3 years, how has the level of corruption in this country changed?					
		lot/ Decreased ittle	Stayed t	he same		ot/ Increased a ttle
	2005	2010	2005	2010	2005	2010
Austria	12%	9%	45%	45%	43%	46%
Bulgaria	13%	28%	39%	42%	48%	30%
Croatia	13%	10%	38%	33%	49%	57%
Czech Republic	9%	14%	39%	42%	52%	44%
Denmark	7%	2%	52%	69%	41%	29%
Finland	13%	7%	44%	43%	43%	50%

France	8%	7%	39%	28%	53%	66%
Germany	6%	6%	26%	24%	67%	70%
Greece	11%	5%	24%	20%	65%	75%
Iceland	8%	15%	38%	32%	55%	53%
Ireland	24%	10%	26%	24%	50%	66%
Italy	10%	5%	39%	30%	51%	65%
Lithuania	7%	8%	25%	29%	68%	63%
Netherlands	5%	6%	21%	43%	73%	51%
Poland	4%	26%	30%	45%	66%	29%
Portugal	5%	3%	22%	13%	72%	83%
Romania	21%	2%	38%	11%	41%	87%
Spain	10%	3%	38%	24%	52%	73%
United Kingdom	7%	3%	36%	30%	58%	67%

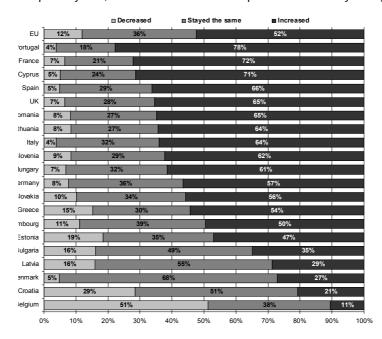
Sources: Global Corruption Barometer 2005 and 2010

Em 20 países da União Europeia, os Portugueses mantêm-se os mais pessimistas em relação aos níveis de corrupção no seu país registados nos últimos dois anos. A média europeia é de 52% (Figura 1).

Figura 1: How has the level of corruption changed?

% of people from each of the 20 countries surveyed in EUROPEAN UNION

Over the past 2 years, how has the level of corruption in this country changed?



Quando lhes foi perguntado até que ponto acreditam que a corrupção é um problema no setor público no seu país, a maioria dos Portugueses (70%) considera que a corrupção é bastante difusa no setor público (Quadro 3).

Quadro 3. Corrupção no setor público

Q3. Até que ponto acredita que a corrupção é um problema no setor público no seu país?	N	%
Não é um problema de todo	7	,7
2	6	,6
3	85	8,7
4	199	20,3
Problema muito sério	682	69,7

Portugal e Grécia são os que mais acreditam que o problema da corrupção no setor público é muito preocupante. Numa escala de 1-5, em que 1 não é nada preocupante e 5 é muito preocupante, os Portugueses pontuam 4.6 ao mesmo nível da Grécia, antecedidos pela Espanha, Lituânia e Roménia com 4.5 e a Itália com 4.4.

No que diz respeito à importância dos contactos pessoais para obter serviços, resultados ou acelerar procedimentos na administração pública, a maioria dos portugueses assume que estes são importantes (60%) (Quadro 4), porém não deixa de ser um valor surpreendentementeabaixo da média europeia (66%) (Figura 2) e discrepante com os níveis de capital social negativos detetados no módulo rotativo de moralidade económica do European Social Survey de 2004 (De Sousa 2009). Por um lado, é provável que tenha havido algum excesso de zelo na resposta, tendo em conta que aquilo que é perguntado aos inquiridos não é o número de contactos que têm à sua disposição para pedir um benefício ou serviço a que não tem direito, nem a sua predisposição para utilizá-los, mas tão-somente a perceção do uso da «cunha» no relacionamento diário do cidadão com a sua administração. Por outro lado, poderá também ser sinal de que este tipo de prática informal está a perder terreno para o suborno. Em épocas de crise, os comportamentos rent-seeking tendem a aumentar.

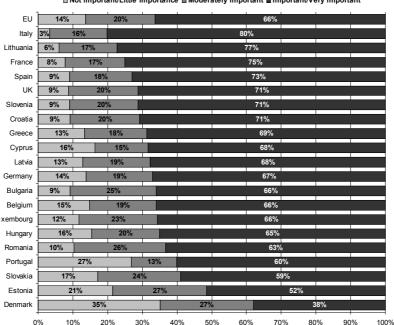
Quadro 4. A importância da «cunha» no setor público

Q4. Nos seu relacionamento com o setor público, como são importantes os contactos pessoais e/ou relações para obter		
resultados?	N	%
Não tem qualquer importância	170	19,1
2	69	7,7
3	117	13,1
4	292	32,7
Muito importante	244	27,4
Total	892	100,0

Figura 2: How important are personal contacts?

% of people in EUROPEAN UNION

In your dealings with the public sector, how important are personal contacts and/or relationships to get things done?



■ Not important/Little importance ■ Moderately important ■ Important/Very important

A maioria dos portugueses (53%) considera que o Governo está nas mãos de um conjunto restrito de grupos económicos e temem que as decisões políticas sejam tomadas sem independência, favorecendo esses mesmos grandes interesses económicos (Quadro 5).

Quadro 5. Nível de captura do governo

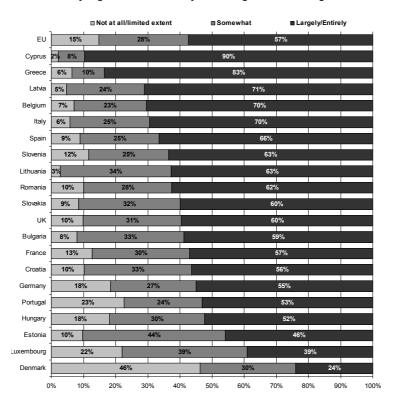
Q5. Até que ponto é o governo deste país dirigido por poucas entidades grandes que atuam no melhor dos seus		
próprios interesses?	N	%
Nenhum	112	12,6
2	89	10,0
3	217	24,4
4	291	32,8
Completamente	179	20,2
Total	888	100,0

Contudo, em comparação com os demais países europeus, os portugueses são bastante comedidos na sua apreciação dos níveis de captura do governo. Não obstante um dos principais fatores explicativos da atual crise da dívida soberana que o país atravessa se deva a (más) decisões de despesa pública, como por exemplo, no âmbito das parcerias público-privadas, fruto dessa promiscuidade entre política e negócios, a percentagem de inquiridos que considera o risco de captura dos processos de decisão por interesses económicos com pouca ou sem qualquer relevância é a segunda maior da Europa (22%), superada apenas pela Dinamarca com 46% (Figura 3). Este dado é revelador da baixa perceção que os portugueses têm da chamada corrupção legal.

Figura 3: How influential are 'big interests'?

% of people in EUROPEAN UNION

To what extent is this country's government run by a few big entities acting in their own best interests?



PRÁTICAS (DECLARADAS) DE CORRUPÇÃO

O Barómetro Global da Corrupção procura também aferir práticas de corrupção. Em Portugal, a prática (declarada) de pagamento de subornos é bastante baixa, confirmando uma tendência manifestada em estudos anteriores (Q7. Quadro 6).

O pagamento de «luvas» é mais preocupante no que diz respeito a registos prediais, civis e na obtenção de licenças e alvarás, não obstante estes não sejam os serviços públicos mais utilizados. Segue-se a justiça, SNS e as finanças (Q6. Quadro 6).

Quadro 6. Setores de risco e práticas de suborno

	Q6. Nos últimos 12 meses, teve ou	Q7. No seu contacto ou contactos com (nome
	alguém a viver no seu agregado	do serviço em questão) pagou, ou alguém a
	teve um contacto ou contactos	viver no seu agregado familiar pagou algum
	com os seguintes serviços?	tipo de suborno nos últimos 12 meses?
Educação	47,20	0,64
Justiça/Judiciário	16,53	1,83
Serviços Médicos e	83,93	1,79
Saúde		
Polícia	19,78	1,02
Registo civil e	19,48	2,05
serviço de alvarás		
(registo civil de		
nascimento,		
casamento, licenças,		
alvarás		
Serviços utilitários	51,95	1,16
(telefone,		
eletricidade, água,		
etc.)		
Finanças e impostos	44,02	1,60
Serviços	10,79	6,54
relacionados com a		
terra (compra,		
venda, heranças,		
aluguer)		

Embora seja mais fácil para os inquiridos admitirem o recurso ao suborno para aceder ou obter decisões, bens e serviços públicos a que na maioria das vezes têm direito, em contextos de corrupção sistémica, frequentes em países que estão a passar por processos de transição democrática, de recomposição social, de transformação abrupta do Estado e do mercado, os dados demonstram que mesmo nas democracias consolidadas o fenómeno tem vindo a manifestar-se com maior acuidade nos últimos anos (Quadro 7 e Figura 4).

Quadro 7. Níveis de pagamento de subornos na Europa antes e depois da crise de 2008

(Percentages are weighted and calculated for respondents who came in contact with 7 services/institutions: Police, Registry & permit services, Judiciary, Utilities, Medical Services, Education System, Tax Revenue)

Country/ Territory	2006	2010
Austria	5%	8%
Bulgaria	11%	8%
Croatia	9%	5%
Czech Republic	19%	13%
Denmark	3%	0%
Finland	1%	2%

France	2%	6%
Germany	2%	2%
Greece	18%	17%
Luxembourg	7%	16%
Netherlands	2%	2%
Poland	7%	15%
Portugal	2%	3%
Romania	27%	28%
Spain	3%	4%
United Kingdom	2%	1%

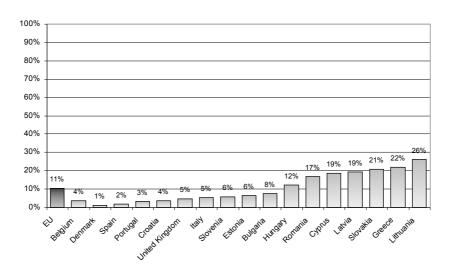
Sources: Global Corruption Barometer 2006 and 2010

Na Europa, 11% dos inquiridos admitem terem pago subornos, em pelo menos um de oito tipos de serviços públicos, nos últimos 12 meses. Portugal, é o terceiro país da Europa em que os inquiridos menos admitem terem pago subornos para obter determinados bens ou serviços públicos (Figura 4).

Figura 4. Níveis de pagamento de subornos na Europa (2012)

% of people in EUROPEAN UNION that have paid a bribe when coming into contact with any one of 8 services.

In the past 12 months, if you or anyone living in your household had a contact or contacts with one of eight services, have you paid a bribe in any form?



^{*} Data from France, Germany and Luxembourg were removed for questions in this section due to validity concerns

Não obstante o pagamento de subornos, de acordo com a opinião dos inquiridos, seja um tipo de corrupção de baixa frequência em Portugal, quando praticado tem como principal objetivo acelerar procedimentos ou garantir o acesso a determinados serviços (Quadro 8).

Quadro 8. Razões do suborno

Q8. Qual foi a razão mais comum para pagamento do suborno/subornos?	N	%
Como presente, ou para expressar agradecimento	4	14,8
Para obter um serviço mais barato	2	7,4
Para acelerar as coisas	13	48,1
Foi a única maneira de obter o serviço	8	29,6
Total	27	100,0

AVALIAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO

A maioria dos portugueses (76%) considera que o combate à corrupção em Portugal é ineficaz (Quadro 9), confirmando uma tendência registada em anos anteriores (Quadro 10).

Quadro 9. Eficácia da ação governamental no combate à corrupção

Q8. Até que ponto acha são efetivas as ações do governo na luta contra a corrupção?	Frequency	Valid Percent
Muito eficientes	13	1,4
2	58	6,2
3	155	16,6
4	363	38,8
Muito ineficientes	347	37,1
Total	936	100,0

Quadro 10. Eficácia da ação governamental no combate à corrupção na Europa antes e depois da crise de 2008

Figures are weighted. Only countries included in both editions are featured in this table

Country /		/Extremely ective	Neither		Effective/Extremely Effective	
Territory	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Austria	46%	34%	24%	37%	30%	28%
Bulgaria	72%	26%	15%	26%	14%	48%
Croatia	62%	56%	13%	15%	25%	28%
Czech Republic	64%	59%	22%	29%	14%	12%
Denmark	25%	44%	42%	0%	34%	56%
Finland	42%	65%	26%	0%	31%	35%
France	38%	68%	25%	5%	37%	27%
Germany	77%	76%	3%	3%	20%	21%
Greece	59%	66%	15%	10%	26%	24%
Ireland	52%	82%	3%	0%	46%	18%
Italy	70%	64%	8%	17%	21%	19%
Lithuania	77%	78%	14%	16%	9%	6%

Luxembourg	37%	30%	37%	2%	26%	68%
Netherlands	51%	43%	11%	0%	39%	57%
Poland	48%	57%	30%	27%	22%	16%
Portugal	64%	75%	13%	16%	23%	10%
Romania	55%	83%	19%	10%	26%	7%
Spain	51%	74%	6%	0%	42%	26%
United Kingdom	64%	66%	2%	0%	34%	34%

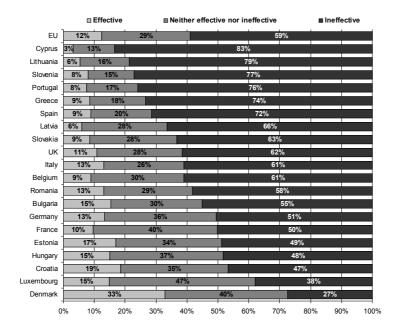
Sources: Global Corruption Barometer 2007 and 2010

Atualmente, a ineficácia (percecionada) das instâncias governamentais portuguesas no combate à corrupção é apenas ultrapassada pelo Chipre, Lituânia e Eslovénia, e precedida pela Grécia e Espanha (Figura 5).

Figure 5: How effective are the governments in fighting corruption?

% of people in EUROPEAN UNION

How effective do you think your government's actions are in the fight against corruption?



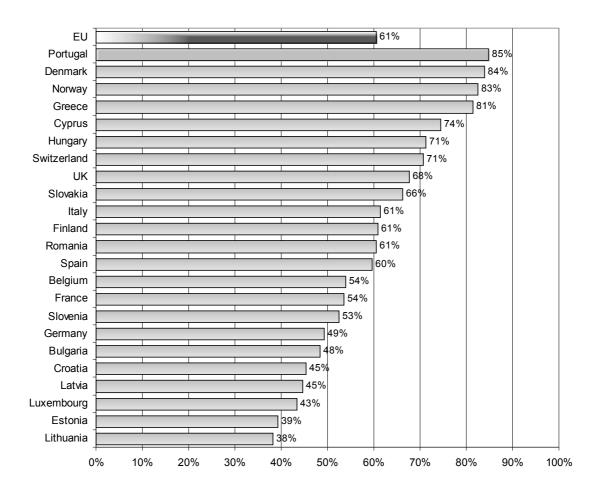
PREDISPOSIÇÃO PARA ATUAR CONTRA A CORRUPÇÃO

O ceticismo dos portugueses em matéria de combate à corrupção não se faz sentir apenas ao nível das instâncias governamentais. Para além das instituições tradicionais do Estado, os cidadãos não se sentem ainda inteiramente seguros quanto ao papel de organismos não governamentais, como associações cívicas ou movimentos. Também aqui se faz sentir a incongruência entre o nível abstrato e estratégico no que diz respeito as opiniões dos Portugueses. Embora para a maioria dos Portugueses, o envolvimento dos cidadãos é tido como fundamental no combate à corrupção (85%), o valor mais alto registado na Europa (Figura 6), no que diz respeito às formas de envolvimento, os Portugueses optam por mecanismos que não impliquem um compromisso institucional a longo prazo. Preferem ligar e desligar o seu empenho, com ações de protesto espontâneas, cliques em petições online, chats nas redes sociais ou inclusive boicotar a compra de determinados produtos, a ter que dar a cara coletivamente e de uma forma institucionalizada pelo combate à corrupção (Quadro 11).

Figura 6. O cidadão comum pode fazer a diferença?

% of people in EUROPEAN UNION

Do you agree or disagree with the following statement: "Ordinary people can make a difference in the fight against corruption"



Quadro 11. Níveis de mobilização social contra a corrupção % of people in EUROPEAN UNION There are different things people could do to fight corruption. Would *you* be willing to do any of the following:

country	sign a petition asking the government to do more to fight corruption	take part in a peaceful protest or demonstration against corruption	join an organisation that works to reduce corruption as an active member	pay more to buy goods from a company that is clean/corruptio n free	spread the word about the problem of corruption through social media
EUROPEAN UNION	76%	48%	36%	43%	49%
Belgium	81%	31%	31%	45%	53%
Bulgaria	64%	45%	31%	22%	33%
Croatia	83%	56%	39%	46%	48%
Cyprus	96%	81%	80%	77%	84%
Denmark	75%	41%	22%	59%	50%
Estonia	67%	36%	17%	24%	36%
France	77%	51%	43%	41%	59%
Germany	86%	61%	37%	46%	56%
Greece	82%	69%	56%	62%	73%
Hungary	49%	19%	10%	16%	15%
Italy	66%	52%	40%	56%	52%
Latvia	64%	39%	21%	19%	39%
Lithuania	70%	44%	38%	27%	38%
Luxembourg	75%	38%	40%	59%	66%
Portugal	81%	59%	40%	61%	54%
Romania	71%	50%	38%	35%	37%
Slovakia	71%	39%	26%	22%	41%
Slovenia	86%	56%	41%	51%	50%
Spain	80%	64%	41%	37%	54%
United Kingdom	86%	32%	33%	48%	49%

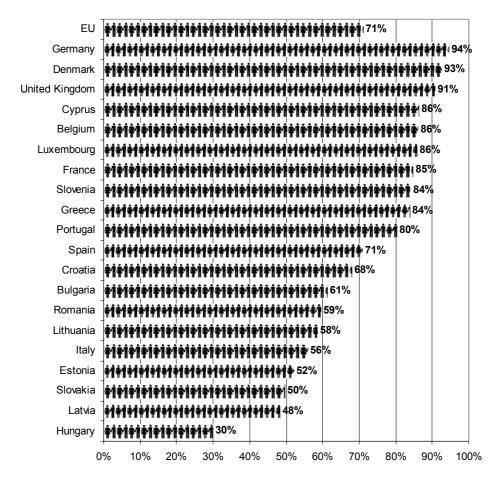
DENÚNCIA DA CORRUPÇÃO

No que diz respeito à denúncia da corrupção, não obstante a maioria dos portugueses (80%) se mostre disponível para reportar casos de corrupção (Figura 7), são poucos os que na realidade o fazem.

Figure 7. Are people willing to report an incident of corruption

% of people in EUROPEAN UNION that answered 'Yes'

Would you be willing to report an incident of corruption?



As razões que levam os portugueses a assumir publicamente que não denunciariam um caso de corrupção de que tivessem conhecimento são sobretudo de natureza institucional: 42% consideram que a justiça Portuguesa não oferece garantias suficientes de proteção dos denunciantes ou colaboradores contra represálias e outros atos intimidatórios e que é inconsequente em relação às alegações que lhe são reportadas (23%) (Quadro 12). Estes dados confirmam os resultados de estudos anteriores (De Sousa e Triães 2008).

Quadro 12. Razões de não denúncia da corrupção

% of people in EUROPEAN UNION that would not report an incident

Of those people that answered that they would not report an incident of corruption, why would you not report an incident of corruption?

country	I do not know where to report	I am afraid of the consequences	it wouldn't make any difference	other
EUROPEAN				
UNION	13%	29%	52%	7%
Belgium	11%	24%	55%	9%
Bulgaria	13%	28%	59%	1%
Croatia	6%	30%	61%	3%
Cyprus	5%	47%	48%	0%
Denmark	8%	35%	46%	12%
Estonia	12%	15%	58%	15%
France	17%	27%	48%	8%
Germany	15%	21%	44%	21%
Greece	5%	31%	56%	8%
Hungary	10%	30%	58%	2%
Italy	17%	41%	41%	1%
Latvia	10%	22%	61%	8%
Lithuania	19%	17%	62%	2%
Luxembourg	28%	26%	47%	0%
Portugal	13%	42%	23%	23%
Romania	15%	20%	58%	6%
Slovakia	22%	40%	37%	2%
Slovenia	6%	34%	51%	10%
Spain	8%	16%	72%	4%
United Kingdom	16%	30%	48%	6%

ANÁLISE SOCIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E PERCEÇÕES DE CORRUPÇÃO

Vários autores demonstraram que as variáveis sociográficas sexo, rendimento e educação influenciam a perceção da corrupção (Johnston 1986; ICAC 1994; Jackson e Smith 1996; Ferreira e Batista 1992; Mancuso et al. 1998; De Sousa e Triães 2008).

As mulheres e as pessoas com baixos rendimentos e de baixa escolaridade são quem mais refere que a corrupção aumentou nos últimos dois anos. Estes resultados corroboram duas hipóteses tratadas na literatura sobre corrupção e desigualdades: por um lado, são aqueles com menor rendimento quem mais sofre com a corrupção e, em segundo lugar, que aqueles com menor nível de educação são os que menos toleram a corrupção, sendo simultaneamente os mais vulneráveis ao híper-sensacionalismo dos media (De Sousa e Triães 2008). Portanto, quanto maior o número de notícias publicadas sobre corrupção, mais negativa será a perceção dos que apresentam níveis mais baixos de literacia. Neste sentido, 64% dos que não têm educação e 69,8% dos que apenas tem escolaridade básica consideram que a corrupção aumentou muito nos últimos dois anos, enquanto que apenas 38% dos que tem educação superior concorda com esta ideia (Tabela 1).

Tabela 1: Perceções dos níveis de corrupção

		Р	Perceção do nível de corrupção nos últimos 2 anos				
		Diminuiu muito	Diminuiu um pouco	Manteve-se na mesma	Aumentou um pouco	Aumentou muito	
Sexo	Masculino	1,3	3,3	25,2	19,9	50,2	
	Feminino	0,6	2,6	12,4	21,3	63,1	
Rendimento	Baixo	1,0	3,0	11,6	14,3	70,1	
	Médio-baixo	0,8	2,9	17,5	25,4	53,3	
	Médio	0,7	2,4	22,6	23,3	51,0	
	Médio-alto	1,4	2,8	28,2	22,5	45,1	
	Alto	6,7	,0	33,3	20,0	40,0	
Educação	Sem educação	0	12,0	8,0	16,0	64,0	

Apenas escolar básica		1,8	10,0	17,1	69,8
Escola secund	0,3 ária	2,5	19,4	22,5	55,2
Superio	or 1,3	4,3	32,1	24,4	38,0

O nível de educação volta a ser o fator mais importante no momento de avaliar até que ponto a corrupção é ou não um problema grave no setor público (Tabela 2). A percentagem de pessoas que acreditam que é um *problema muito sério* diminui à medida que os níveis de literacia aumentam. Isto poderá indiciar que a falta de recursos cognitivos tem um impacto importante no momento de avaliar o funcionamento do aparelho de Estado.

Tabela 2: Perceções da corrupção no setor público

		Até que ponto a corrupção um é um problema no setor público				
		Não é um problema de todo				Problema muito sério
Sexo	Masculino	0,6	0,6	11,2	18,2	69,3
СОЛО	Feminino	0,8	0,6	6,3	22,3	70,0
	Baixo	0,0	1,0	6,6	16,8	75,7
	Médio-baixo	1,2	,0	9,0	22,0	67,8
Rendimento	Médio	1,0	1,0	10,5	23,2	64,4
	Médio-alto	0	0	8,2	20,5	71,2
	Alto	0	0	12,5	25,0	62,5
	Sem educação	4,2	0	12,5	8,3	75,0
Educação	Apenas escolaridade Básica	0,5	1,0	8,2	17,7	72,6
	Escola Secundária	0	0	8,6	23,1	68,2
	Superior	1,7	0,8	9,1	22,0	66,4

No que se refere à prática da corrupção, apenas a cerca de 10% dos portugueses foi-lhes solicitado o pagamento de um suborno. O perfil dos portugueses vítimas da corrupção passiva que sobressai da análise é o de um indivíduo do sexo masculino, com rendimento médio-alto e com escolaridade superior. Já os que parecem mais predispostos a pactuar com a solicitação de um suborno são sobretudo indivíduos de ambos os sexos, com rendimentos mais baixos e tendencialmente de baixa escolaridade (Tabela 3).

Tabela 3: Recusa do pagamento de subornos

suborno?
Não
11,9
13,2
18,2
8,3
13,8
7,7
0
0
16,7
13,8
7,7

Em síntese, todos consideram que a corrupção é um problema grave, porém é entre os indivíduos de menores recursos que há uma maior perceção do aumento do nível de corrupção. Se os indivíduos com rendimentos mais altos têm à sua disposição o capital social necessário para obterem bens e serviços a que nem sempre têm direito, já os indivíduos de rendimentos e níveis de literacia mais baixos estão mais expostos à extorsão e menos capazes de recusar o recurso ao suborno como garantia de acesso a bens e serviços a que têm direito.

Os contactos são tidos como importantes no relacionamento dos cidadãos com o setor público para a obtenção de decisões, serviços, bens ou benefícios: 55,7% das mulheres e 64,3% dos homens assumem esta realidade (Tabela 4). Os portugueses que detêm um rendimento mais alto são aqueles que consideram que os contactos pessoais são importantes (73,4%).

Tabela 4: Contactos pessoais e «cunhas»

		Importância dos contactos pessoais				
		Não tem qualquer importância	2	3	4	Muito importante
	Masculino	20,2	10,1	14,0	30,5	25,2
Sexo	Feminino	18,0	5,5	12,3	34,9	29,4
	Baixo	16,9	6,8	11,9	36,7	27,7
	Médio-baixo	21,2	8,4	11,1	32,7	26,5
Rendimento	Médio	18,9	7,3	14,5	30,9	28,4
	Médio-alto	25,0	8,8	16,2	25,0	25,0
	Alto	6,7	6,7	13,3	26,7	46,7

	Sem educação	20,0	5,0	15,0	35,0	25,0
Educação	Escolaridade Básica	19,9	7,0	13,2	31,6	28,4
	Escola Secundária	19,9	7,0	11,3	35,5	26,2
	Superior	16,6	10,0	15,3	30,6	27,5

A maioria dos portugueses, qualquer que seja o nível de educação ou de rendimento, considera que o governo é dirigido pelos grandes grupos económicos e que estes atuam em interesse próprio. A percentagem de pessoas que concorda com esta ideia aumenta à medida que aumentam os níveis de educação e de rendimento (Tabela 5).

Tabela 5: Interesses privados no Governo

		Até que ponto é o governo deste país dirigido por poucas entidades grand que atuam no melhor dos seus próprios interesses?				
		Nenhum	2	3	4	Muito Importante
Sexo	Masculino	8,9	8,0	25,2	34,3	23,6
Sexu	Feminino	16,4	12,1	23,7	31,2	16,6
	Baixo	16,9	11,0	20,8	27,1	24,3
	Médio-baixo	14,8	8,7	27,9	30,1	18,3
Rendimento	Médio	9,3	12,0	24,7	37,1	16,8
	Médio-alto	5,6	5,6	25,4	36,6	26,8
	Alto	6,3	6,3	12,5	43,8	31,3
	Sem educação	26,3	10,5	15,8	36,8	10,5
Educação	Escolaridade Básica	20,9	11,4	21,2	24,0	22,5
	Escola Secundária	10,6	11,3	27,1	33,5	17,4
	Superior	2,6	6,4	26,1	43,6	21,4

O nível de escolaridade e de rendimentos também afeta os níveis de mobilização social. Quanto maior o nível de educação ou maior o nível de rendimentos, maior a percentagem dos inquiridos que *concordam plenamente* com a ideia de que as pessoas comuns podem fazer a diferença na luta contra a corrupção.

Tabela 6: Importância da sociedade civil na luta anticorrupção

"As pessoas comuns podem fazer a diferença na luta contra a
corrupção"

		Concordo Plenamente	2	3	Discordo totalmente
Sexo	Masculino	31,7	51,2	13,7	3,4
	Feminino	26,3	60,3	10,7	2,6
Rendimento	Baixo	25,8	55,9	14,2	4,1
	Médio-baixo	26,2	61,5	10,7	1,6
	Médio	29,6	56,5	11,0	3,0
	Médio-alto	41,1	47,9	6,8	4,1
	Alto	50,0	31,3	12,5	6,3
Educação	Sem educação	10,5	63,2	26,3	,0
	Escolaridade Básica	27,2	56,5	12,7	3,7
Ladodo	Escola Secundária	26,6	58,5	11,8	3,1
	Superior	36,3	50,8	10,8	2,1

FICHA TÉCNICA

O inquérito de opinião, realizado pela Marktest, Lda. para a Gallup International, foi comissionado pela Transparency International e efetuado entre os dias 27 de agosto e 27 de setembro de 2012. Teve por objeto uma avaliação das práticas e perceções dos portugueses face à corrupção e o seu controlo. Foram realizadas 1000 entrevistas num universo populacional de 7.938.886 indivíduos. O universo de análise é a população com mais de 18 anos a residir em Portugal Continental. Os respondentes foram selecionados através do método estratificado de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis sexo, idade, e região/habitat de modo a garantir a representatividade da população portuguesa. Foi utilizado um método rim-weighting para a aplicação das quotas acima referidas. O inquérito foi administrado por telefone através do método CATI (computer assisted telephone interviewing entrevista assistida por computador). As características da amostra estão descritas nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7. Amostra por região

	Amostra - por região						
		Grande Lisboa	Grande Porto	Norte Litoral	Centro Litoral	Interior Norte	Sul
Escalões etários	18/24	26	14	27	21	29	12
cianos	25/34	38	23	40	31	38	19
	35/44	34	22	37	29	38	20
	45/54	34	19	31	27	32	18
	55/64	28	14	24	23	30	17
	+65	40	18	33	32	53	29

Tabela 8. Amostra por sexo

		Male	Female
Escalões etários	18/24	65	64
	25/34	95	94
	35/44	88	92
	45/54	78	83
	55/64	64	72
	+65	86	119

